

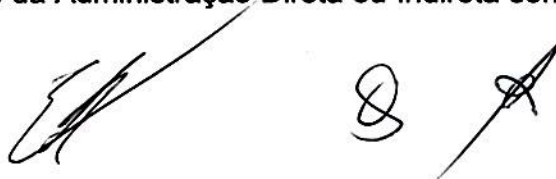
Convênio 023/2022

Termo de Mútua Cooperação que entre si celebram o MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, por meio da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer e a PBH ATIVOS S.A. para a estruturação de projetos de parceria para a gestão, operação, manutenção e exploração comercial de campos públicos de futebol do Município.

13.01.2022. 3000.0032.00.00

O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, inscrito no CNPJ sob o nº 18.715.383/0001-40, pela SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER, doravante denominada **SMEL**, com sede à Rua dos Timbiras, 628 - 6º andar, Bairro Funcionários, CEP 30140-060, em Belo Horizonte-MG, neste ato representado por seu Secretário, Sr. Elberto Furtado Júnior, doravante denominado **MUNICÍPIO**, e a **PBH ATIVOS S/A**, inscrita no CNPJ sob nº 13.593.766/0001-79, com sede à Rua Espírito Santo nº 605, 10º andar, Bairro Centro, CEP 30.160-919, em Belo Horizonte-MG, neste ato representada por seu Diretor-Presidente, Sr. Pedro Meneguetti e pelo Diretor de Negócios, Sr. Daniel Rodrigues Nogueira, doravante denominada **PBH ATIVOS**, em conjunto denominados também por **PARTÍCIPIES**, considerando:

- Que o Município de Belo Horizonte, representado pela SMEL, celebrou em 28 de agosto de 2019, com a PBH ATIVOS, o Convênio nº 08/2019 que tem por objeto a mútua cooperação técnica entre os convenientes para a estruturação de projetos de parceria com o setor privado para a gestão, operação, manutenção e exploração comercial de campos públicos de futebol do Município;
- Que o citado Convênio não tem previsão orçamentária, necessária para os casos de pagamento a ser efetuado à PBH ATIVOS diretamente pela SMEL, conforme deliberado pelo Conselho de Administração na reunião de 30 de junho de 2021;
- Que a Lei Municipal nº 10.003, de 25 de novembro de 2010 e o Estatuto Social da PBH ATIVOS, preveem como seu objetivo social auxiliar o Município de Belo Horizonte na realização de investimentos em infraestrutura e nos serviços públicos municipais em geral, agindo somente no sentido de complementar as políticas públicas deliberadas pelos órgãos competentes, não podendo assumir outras funções e/ou responsabilidades da Administração Direta ou Indireta sem



que para isso tenha sido contratada ou conveniada, procurando, sempre que possível, obter ganho econômico;

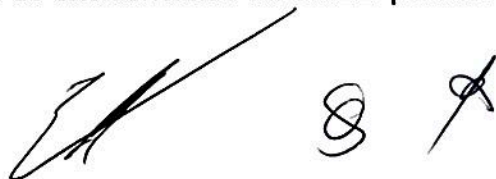
- Que a PBH ATIVOS tem também como objeto social, nos termos do inciso VI do art. 2º da Lei n.º 10.003/2010, auxiliar o Município de Belo Horizonte em projetos de concessão e parceria público-privada;
- Que as competências legais da SMEL previstas na Lei Municipal nº 11.065, de 1º de agosto de 2017 e no Decreto nº 16.680, de 31 de agosto de 2017, notadamente as de planejar atividades de desenvolvimento social, por meio de ações relacionadas ao esporte e ao lazer, e de planejar as atividades de implantação e controle de equipamentos esportivos no Município;
- o interesse público decorrente da necessidade de redução de despesas diretas Municipais com a manutenção e conservação de seus equipamentos esportivos, objetivando, ainda, a melhoria da gestão, operação, manutenção e exploração desses equipamentos de forma a promover condições mais favoráveis para uso dos mesmos pela coletividade;
- Resolvem celebrar o presente Termo de Mútua Cooperação, nos termos das cláusulas que se seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Mútua Cooperação tem por objeto a mútua cooperação técnica entre os PARTÍCIPES para a estruturação de projetos de parceria com o setor privado, incluindo modelagem de concessões de uso de bens imóveis públicos, para a gestão, operação, manutenção e exploração comercial de campos públicos de futebol do Município.

1.2. O presente Termo de Mútua Cooperação contempla a possibilidade da elaboração de um ou mais projetos de parceria relacionados à múltiplos campos públicos de futebol do Município, podendo cada projeto abarcar campos únicos ou grupo de campos, a depender da indicação formal dos campos pela SMEL e da conclusão de prévia análise de viabilidade técnica a ser feita pela PBH ATIVOS em conjunto pelos PARTÍCIPES.

1.3. Fica estabelecido entre os PARTÍCIPES que a mútua cooperação técnica objeto do presente instrumento não gera qualquer vínculo de exclusividade da SMEL perante a PBH ATIVOS.



CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. A obtenção, organização e gestão das informações e dados técnicos relacionados ao Contrato de Concessão necessários ao assessoramento prestado pela PBH ATIVOS são de responsabilidade da SMEL, que poderá valer-se do apoio de outros órgãos e entidades da Administração Pública Municipal.

2.2. A PBH ATIVOS poderá consolidar as informações prestadas pela SMEL, podendo combiná-las com as informações técnicas disponibilizadas por outros órgãos e entidades integrantes da Administração Pública, sem prejuízo de outras informações obtidas junto a consultores externos eventualmente contratados para esse fim.

2.3. O produto decorrente do assessoramento prestado pela PBH ATIVOS não possui natureza vinculativa, considerando que a sua atuação é limitada ao previsto no inciso II do art. 1º do Decreto n.º 15.534/2014, no art. 3º do Decreto n.º 16.694/2017 e no parágrafo único do art. 2º da Lei n.º 10.003/2010.

2.4. A troca de documentos e informações entre os PARTICIPES, e terceiros apoiadores da Administração Pública e/ou contratados deverá respeitar o princípio da transparência e da publicidade, resguardados eventuais casos de sigilo oficial.

2.5. O escopo do presente Termo de Mútua Cooperação não contempla o eventual assessoramento técnico da PBH ATIVOS à SMEL na execução do futuro contrato que decorrerá da estruturação do presente projeto de parceria.

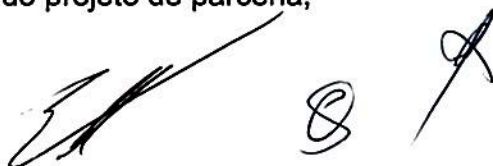
CLÁUSULA TERCEIRA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

3.1. Sem prejuízo de outras atribuições previstas em lei e no presente TERMO DE MÚTUA COOPERAÇÃO, **competem à SMEL:**

3.1.1. Designar formalmente e manter equipe técnica para participar das atividades de cooperação técnica e realizar as atribuições ora pactuadas;

3.1.2. Manter, organizar e, quando demandada, colocar à disposição da PBH ATIVOS todas as informações, estudos técnicos e documentos relacionados ao objeto do presente Termo de Mútua Cooperação;

3.1.3. Comunicar à PBH ATIVOS a ocorrência de atos ou fatos que possam comprometer a adequada estruturação e realização do projeto de parceria;



3.1.4. Promover e realizar reuniões junto à equipe técnica da PBH ATIVOS para alinhamento dos diversos aspectos da estruturação e realização do projeto de parceria, das quais deverá, preferencialmente, ser lavrada a respectiva ata;

3.1.5. Indicar formalmente à PBH ATIVOS os campos públicos de futebol para os quais deverá ser estruturado o projeto de parceria;

3.2. Sem prejuízo de outras atribuições previstas em lei e no presente Termo de Mútua Cooperação, **competem à PBH ATIVOS:**

3.2.1. Designar formalmente e manter equipe técnica para participar das atividades de cooperação técnica e realizar as atribuições ora pactuadas;

3.2.2. Promover e realizar reuniões junto à equipe técnica da SMEL para alinhamento dos diversos aspectos do presente Termo de Mútua Cooperação, das quais deverá, preferencialmente, ser lavrada a respectiva ata;

3.2.3. Comunicar formalmente à SMEL a ocorrência de atos ou fatos que possam comprometer o adequado assessoramento à gestão do presente Termo de Mútua Cooperação e/ou que possam comprometer a adequada realização da licitação;

3.2.4. Elaborar relatório com a consolidação das despesas incorridas para o desenvolvimento das atividades de assessoramento à gestão do presente Termo de Mútua Cooperação, o qual será utilizado para fins de definição do reembolso/ressarcimento à PBH Ativos S.A., pela SMEL;

3.2.5. Manter a SMEL atualizada com relação aos estudos e demais documentos produzidos no âmbito da cooperação técnica;

3.3. A troca de documentos e informações entre os PARTÍCIPES e terceiros, deverá respeitar o princípio da transparência e publicidade, resguardadas as hipóteses legais de sigilo.

3.4. Para cada uma das demandas verificadas, a SMEL deverá acionar a PBH ATIVOS, por meio de Ofício, que responderá formalmente em documento constando a apuração de horas e valores correspondentes para fins de reembolso.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR E DAS CONDIÇÕES DE REEMBOLSO

4.1. O Termo de Mútua Cooperação poderá implicar em transferência de recurso entre os PARTÍCIPES, cabendo à SMEL definir, de forma justificada, quando da estruturação de cada projeto, se o ressarcimento dos custos incorridos pela PBH



ATIVOS para a execução das atribuições que lhes são conferidas pela cláusula 3.2, será:

4.1.1. Realizado pelo licitante vencedor do procedimento licitatório eventualmente promovido com fulcro no objeto deste Termo de Mútua Cooperação, devendo, neste caso, ser previsto no termo de referência e no edital da referida licitação; ou

4.1.2. Realizado diretamente pela SMEL.

4.2. Caso a responsabilidade pelo pagamento do ressarcimento seja do licitante vencedor, conforme termo de referência e edital, deverá a PBH ATIVOS emitir a nota fiscal respectiva contra o licitante vencedor.



4.3. As despesas comprovadamente incorridas pela PBH ATIVOS para a execução das atribuições que lhes são conferidas pelo presente Termo de Mútua Cooperação serão apresentadas por meio de Relatório de Despesas e deverão ser atestadas pela SMEL para a devida inclusão no termo de referência e no futuro edital de licitação ou para o pagamento direto pela Secretaria à PBH ATIVOS, conforme o projeto de parceria.

4.4. Caso o ressarcimento se dê pelo licitante vencedor, a SMEL se compromete a incluir no futuro edital de licitação do projeto de parceria cláusulas específicas que prevejam o dever de o licitante vencedor ressarcir à PBH ATIVOS o valor apurado, sob pena de assumir o pagamento no caso da não inclusão da citada cláusula.

4.5. Na hipótese de serem realizadas duas ou mais licitações, a previsão imposta supra deverá ser contemplada em todos os instrumentos.

4.6. Caso o ressarcimento se dê diretamente pela SMEL, deverá ser realizado em até 60 (sessenta) dias contados do ateste do Relatório de Despesas apresentado pela PBH ATIVOS, o qual abará apenas as despesas diretas e indiretas incorridas na execução das atividades inerentes ao projeto de parceria, excluídas as porcentagens referentes ao lucro e a margem operacional.

4.7. O valor estimado do ressarcimento à PBH ATIVOS será calculado conforme metodologia de cálculo aprovada pelo Conselho de Administração da PBH ATIVOS, nos termos das atas de 24 de novembro de 2016 e 25 de outubro de 2018, e será informado à SMEL e juntado à instrução do presente Termo de Mútua Cooperação após a definição dos campos que integrarão cada projeto.



4.8. O valor estimado é apenas uma referência, razão pela qual poderá ser alterado em parte ou na totalidade, desde que devidamente justificado no Relatório de Despesa a ser apresentado pela PBH ATIVOS e validado pela SMEL.

4.9. Eventuais atividades necessárias à consecução do objeto do presente Termo de Mútua Cooperação, que não estejam expressamente previstas neste instrumento como atribuição da PBH ATIVOS, serão objeto de prévio termo aditivo e poderão implicar reembolso conforme sua natureza.

4.10. Na eventualidade da metodologia de cálculo ser alterada, os PARTÍCIPES poderão celebrar termo aditivo ao presente Termo de Mútua Cooperação.

4.11. Caberá à PBH ATIVOS emitir o devido documento de cobrança, contra a SMEL, para fins de recebimento.

4.12. A despesa decorrente deste Termo de Mútua Cooperação será acobertada pela seguinte dotação: 3000.1100.27.812.101.2106.0003.449051.01.00.00.

4.13. O valor total estimado é de R\$460.000,00 (quatrocentos e sessenta mil reais), considerando a concessão de 23 (vinte e três) Campos de Futebol, ao custo unitário de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

4.14. A despesa decorrente deste termo de mútua cooperação e que for cabível a SMEL deverá ser previamente aprovada pela CCG nos termos da legislação vigente.

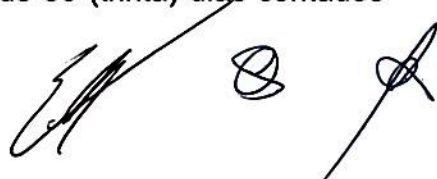
CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO

5.1. O Termo de Mútua Cooperação vigorará pelo prazo de 60 (sessenta) meses, a contar da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da lei.

CLÁUSULA SEXTA – DO ENCERRAMENTO

6.1 O Termo de Mútua Cooperação poderá ser encerrado em razão:

- I. da conclusão do seu escopo, conforme pactuado no ANEXO I - PLANO DE TRABALHO;
- II. do término do prazo de vigência;
- III. de acordo entre os PARTÍCIPES;
- IV. de denúncia unilateral de qualquer dos PARTÍCIPES, por meio de comunicação formal, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias contados



do recebimento da comunicação pelo outro PARTÍCIPE não sendo devido o pagamento de indenização ou multa em função da denúncia.

6.2 O encerramento nos casos previstos na cláusula 6.1 não exclui os direitos e obrigações remanescentes, de cada PARTÍCIPE, oriundos de atos ou fatos ocorridos durante a vigência do presente Termo de Mútua Cooperação, inclusive quanto ao compromisso da SMEL de incluir no futuro edital de licitação do projeto, cláusulas específicas que prevejam o dever do licitante vencedor de ressarcir a PBH ATIVOS.

6.3 Para a aplicação do subitem 6.2 supra deve-se considerar cada etapa constante no ANEXO I - PLANO DE TRABALHO como produto independente e passível de remuneração e aproveitamento.

6.4 OS PARTÍCIPEs definirão conjuntamente o tratamento a ser dado às atividades de cooperação técnica em andamento, na ocorrência das hipóteses da cláusula 6.1.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

7.1 É de responsabilidade da SMEL proceder à publicação do extrato do instrumento a ser celebrado no Diário Oficial do Município de Belo Horizonte.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

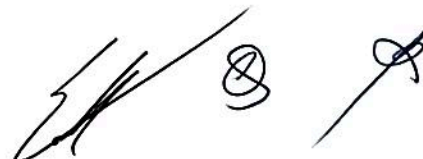
8.1. Os prazos previstos no presente instrumento contar-se-ão em dias corridos, exceto nos casos em que haja menção expressa à contagem em dias úteis.

8.2. Os casos omissos serão sempre que possível resolvidos amigavelmente entre os PARTÍCIPEs.

8.3. Constitui anexo ao presente Termo de Mútua Cooperação, integrando-o para todos os efeitos de direito o Anexo I: Plano de Trabalho;

8.4. Aplica-se ao Termo de Mútua Cooperação, no que couber, o disposto na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, especialmente o art. 116 do referido diploma legal bem como o disposto nos arts. 68 e seguintes do Decreto Municipal n.º 10.710, de 28 de junho de 2001.

8.5. As partes e as testemunhas que subscrevem o presente instrumento concordam expressamente que este poderá ser assinado eletronicamente através da plataforma



que melhor lhes aprouver, com fundamento no art. 10, §2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e do art. 6º do Decreto nº 10.278/2020.

8.6. Constituem anexos ao presente Termo de Mútua Cooperação, integrando-o para todos os efeitos de direito:

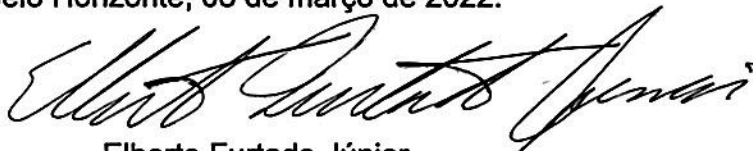
I. Anexo I: Plano de Trabalho;

CLÁUSULA NONA – DO FORO

9. OS PARTÍCIPIES elegem a comarca de Belo Horizonte/MG para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Termo de Mútua Cooperação.

E para firmeza e validade de tudo quanto aqui se estipulou, lavra-se o presente Termo de Mútua Cooperação, que será assinado pelos PARTÍCIPIES em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas que também o subscrevem, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Belo Horizonte, 08 de março de 2022.



Elberto Furtado Júnior

**Secretário Municipal de Esportes
e Lazer**



**Pedro Meneguetti
Diretor-Presidente
PBH ATIVOS S.A.**



**Daniel Rodrigues Nogueira
Diretor de Negócios
PBH ATIVOS S.A.**

Testemunhas:

1. _____

Nome: *Maria Berna Silva*
CPF: 106.918.656-20

2. _____

Nome: *Maria Julia Costa Dias*
CPF: 019.789.456-98

ANEXO I - PLANO DE TRABALHO

I - IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO A SER EXECUTADO

O Termo de Mútua Cooperação tem por objeto a mútua cooperação técnica entre os PARTÍCIPIES para a estruturação de projetos de parceria com o setor privado, incluindo modelagem de concessões de uso de bens imóveis públicos, para a gestão, operação, manutenção e exploração comercial de campos públicos de futebol do Município.

II - METAS

Constituem metas a serem alcançadas por meio da cooperação técnica a entrega dos seguintes produtos e serviços pela PBH ATIVOS, conforme detalhamento previsto no item III – Etapas de Execução:

- I. Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica;
- II. Modelagem Jurídica, observadas as atribuições da Procuradoria-Geral do Município;
- III. Assessoramento e acompanhamento técnico à fase externa da licitação;
- IV. Plano de aplicação dos recursos: o valor total estimado é de R\$460.000,00 (quatrocentos e sessenta mil reais), considerando a concessão de 23 (vinte e três) Campos de Futebol, ao custo unitário de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais);
- V. Cronograma de desembolso: seguirá o disposto na cláusula quarta do Termo de Mútua Cooperação.

III - ETAPAS DE EXECUÇÃO

O projeto será desenvolvido em 3 etapas, conforme descrição a seguir:

ETAPA I: ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICA



ETAPA 1	Definição	Especificação	Prazo Estimado
1.1	Validação do CAPEX (obras).	Levantamento e validação de premissas do CAPEX.	Até 15 (quinze) dias úteis a contar da definição dos campos pelos PARTICIPES.
1.2	Análise de OPEX.	Levantamento e validação de premissas de OPEX/Despesas Operacionais.	Até 10 (dez) dias úteis a contar da conclusão da etapa anterior.
1.3	Análise das Receitas.	Levantamento e validação de premissas de Receitas do empreendimento.	Até 10 (dez) dias úteis a contar da conclusão da etapa anterior.
1.4	Elaboração de Modelagem Econômico Financeira Final.	Consolidação das premissas e elaboração de modelagem econômico-financeira final.	Até 10 (dez) dias úteis a contar da conclusão da etapa anterior.
1.5	Entrega do Plano de Negócios Referencial.	Conclusão da modelagem econômico-financeira final do projeto e entrega do Plano de Negócios Referencial.	Até 15 (quinze) dias úteis a contar da conclusão da etapa anterior

ETAPA II. MODELAGEM JURÍDICA

ETAPA II	Definição	Especificação	Prazo Estimado
2.1	Elaboração da modelagem jurídica.	Elaboração das minutas do termo de referência e dos demais anexos de cunho jurídico que subsidiarão a elaboração do edital da futura licitação.	Até 90 (noventa) dias a contar da definição dos campos.





2.2	Modelagem final.	Conclusão da modelagem final do projeto.	Até 15 (quinze) dias a contar da conclusão da etapa constante no item 2.1.
-----	------------------	--	--

ETAPA III: DA LICITAÇÃO

ETAPA III	Definição	Especificação	Prazo Estimado
3.1	Acompanha- mento da fase externa de licitação.	Assessoria e acompanhamento da fase externa da licitação por solicitação da SMEL, conforme ajustado entre os PARTICIPES.	Até a adjudicação do procedimento licitatório, nos termos previstos em edital.

Belo Horizonte, 08 de março 2022.



Elberto Furtado Júnior
Secretário Municipal de Esporte e Lazer
MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE



Pedro Meneguetti
Diretor Presidente
PBH ATIVOS S.A



Daniel Rodrigues Nogueira
Diretor de Negócios
PBH ATIVOS S.A